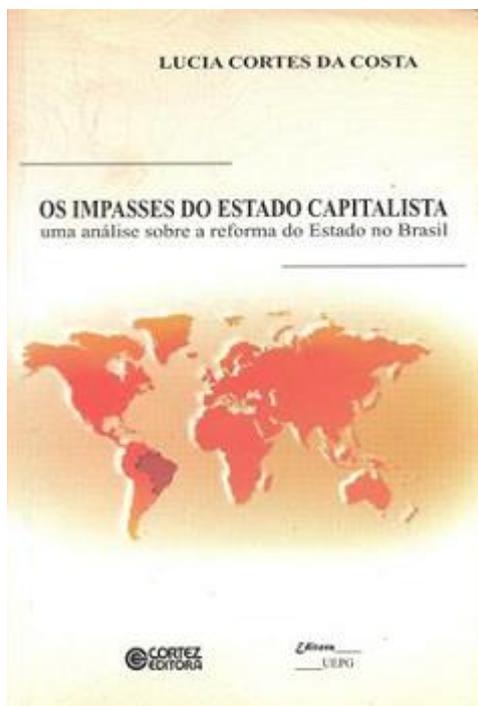

RESENHA

Os impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a Reforma do Estado no Brasil

*The impasses of the Capitalist State: an analysis on
State Reform in Brazil*

Solange Conceição Albuquerque de Cristo¹



COSTA, Lúcia Cortes da. **Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do estado no Brasil.** São Paulo, SP: Cortez Editora, 2006. 250 p. ISBN: 85-7798-180-0.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Especialista em Políticas Sociais pela UFPA, Mestre em Serviço Social pela UFPA, Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), atualmente em Pós Doutorado no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA – contato: 94-981595824 e-mail: scristo33@gmail.com.

Lúcia Cortes da Costa escreveu o livro *Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a Reforma do Estado no Brasil*, publicado em 2006 a partir de pesquisa realizada durante seu doutorado. Procurou, com isso, contribuir com aqueles que estudam o Estado e as transformações sociais. Decidiu trazer a público um conjunto de questões pertinentes como campos de pesquisa nas Ciências Sociais. Li a obra quando cursei doutorado na PUCSP, leitura indicada pelo grande mestre Evaldo Vieira. Reli-a agora no meu pós-doutorado. Decidi publicar esta resenha que fiz do livro porque entendo que pode auxiliar na compreensão da atual conjuntura no Brasil.

A autora apresenta o livro em cinco capítulos, dos quais destaco suas ideias principais. Para tanto, o pressuposto fundamental da obra é a necessidade de compreender o momento histórico que coloca uma redefinição das funções e do poder do Estado nacional, num novo pacto proposto pelo capital, com graves perdas para as classes trabalhadoras, constituindo-se um retrocesso na construção de um mundo mais igualitário e democrático.

No primeiro capítulo, a autora desenvolve algumas reflexões sobre o Estado moderno, com algumas questões como “O que é o Estado?”, “Como e por que os homens organizam o Estado e que funções ele deve desempenhar?” e para essas perguntas elaborou diferentes respostas, dentre as várias teorias. Foi assim que, segundo a autora, justificou-se racionalmente a formação do Estado moderno como uma instância capaz de proteger todos os seus integrantes e, pelo uso legítimo da força, manter a paz. Assim, destacou alguns teóricos da “escola do direito natural” ou jusnaturalismo. A partir dessa perspectiva, fortaleceu-se a teoria contratualista, que concebe o Estado como a expressão do pacto firmado entre os indivíduos para assegurar a liberdade e proteger a propriedade. A autora faz referência aos grandes teóricos dessa escola, como Hobbes, Locke e Rousseau.

Uma afirmação interessante da autora é a de situar o caráter revolucionário da teoria jusnaturalista no sentido da defesa do poder criador da ação humana e a crença na possibilidade do estabelecimento de regras racionais para orientar a conduta dos homens. No entanto, afirma,

ainda, que os limites à emancipação humana tornaram-se evidentes na ordem capitalista, em que a legalidade da propriedade privada serviu para sedimentar uma sociedade marcada pela desigualdade entre as classes sociais.

Ainda no primeiro capítulo, a autora faz a crítica ao jusnaturalismo moderno a partir de teóricos como Hegel e Marx. Na elaboração teórica de Hegel se coloca o rompimento com a concepção jusnaturalista baseada numa visão individualista da formação do Estado. O Estado, na filosofia hegeliana, é a “unidade do universal existente em si e da particularidade subjetiva”. Para Marx, o Estado liberal defende a cidadania burguesa por meio da exploração do trabalho. Na sociedade capitalista, para Marx, citado por Costa, a democracia sempre seria restrita, devido à exploração do capital sobre o trabalho, dado que a função central do Estado seria a de assegurar o regime de propriedade privada dos meios de produção.

O segundo capítulo versa sobre a polêmica regulação da economia na sociedade capitalista. Segundo Costa, essa polêmica ocupou lugar de destaque durante todo o século XX, gerando posições teóricas divergentes. O movimento político ficou dividido entre comunistas, liberais e a socialdemocracia, com a polêmica sobre o caráter de classe do Estado moderno. Para tanto, a autora assegura que o processo de regulação do Estado não obedece a uma racionalidade única e transparente numa primeira análise, sendo necessário observar os diferentes interesses em jogo em cada conjuntura histórica.

Costa afirma que, com a experiência do planejamento da economia, cresceu o debate sobre os efeitos da regulação realizada pelo Estado, levando a um impasse político e social dentro do capitalismo. Para discutir a produção capitalista no século XX, a autora considerou as formulações de Keynes sobre o problema da demanda na economia. Nessa perspectiva, a autora conclui, a partir de seu desenho teórico sobre esse assunto, que Keynes deixou de ser referência para a inspiração das políticas econômicas voltadas para o investimento e o livre mercado tornou-se novamente o sonho dourado do grande capital. O capital financeiro, contrariando as crenças do próprio Keynes de “eutanasia do capital rentista”, passou a dominar o mundo dos investimentos.

Ainda na atual conjuntura, trazendo Costa para nos ajudar a pensar, o Estado deve deixar

o espaço livre para a iniciativa privada em todos os setores onde há perspectiva de lucratividade, o que fortalece o discurso sobre a focalização das políticas sociais para os mais pobres; os segmentos que possuem renda devem ter acesso aos bens e serviços via mercado.

A cidadania, para Costa, é reduzida aos seus aspectos civis e políticos, já que a desigualdade social figura novamente no nebuloso campo da filantropia, também assumido no discurso empresarial com o terceiro setor.

No capítulo três, a autora discute o processo de globalização do capital, iniciando com a afirmação de que a atuação do Estado se tornou necessária na construção do capitalismo devido às contradições inerentes ao sistema produtor de mercadorias, organizado na concorrência de todos contra todos. No que se refere à democracia, que inclui, além da igualdade política, a busca por um patamar de igualdade social, pode conter o poder do grande capital e favorecer a criação de um novo pacto entre os homens. Essa é a proposta do neocontratualismo, especialmente a partir de John Rawls, quando este teoriza a justiça como equidade.

Costa afirma que o processo de globalização capitalista, enquanto tendência remontou ao início do sistema capitalista de produção. Hoje, o que se observa são as características mais acentuadas e desenvolvidas desse processo histórico-social. Segundo a autora, a globalização adquiriu o caráter de um movimento político, cultural e valorativo na medida em que difunde uma maneira de ser, de pensar e um tipo de sociedade como forma hegemônica, a sociedade capitalista. Costa desenvolve ainda outros temas importantes nesse capítulo como a globalização e a crise do Estado-nação, a crise da dívida externa, a internacionalização do capital e a regionalização da economia e globalização.

No capítulo quatro, sua análise centra-se na construção histórica do Estado no Brasil. Afirma que a desigualdade social no Brasil é o resultado de um longo processo histórico cujas raízes se colocam na estrutura produtiva assentada em latifúndios exportadores e na concentração de rendas nos senhores rurais, que, após a independência, transformaram-se na base política do Estado brasileiro. Concorda-se com a autora quando afirma que a sociedade brasileira nunca foi essencialmente democrática. Ela convive há séculos com uma ordem social

na qual nem todos são iguais, na qual a pobreza foi naturalizada e o pobre, reduzido a um ser sem voz e sem espaço social. Da conjuntura que a autora pontua e considera como fatores essenciais, ela quer, com isso, evidenciar o processo de mudanças sobre o papel do Estado no Brasil, principalmente a partir do período da democratização à Constituição Federal de 1988. Afirma não ser possível dissociar a crise do Estado do modelo de crescimento econômico empreendido no país durante o período da ditadura militar e do esgotamento do financiamento externo após o choque dos juros no mercado internacional. A Constituição de 1988, segundo Costa, nasceu pela sua contradição histórica, fruto da mobilização popular, da democratização da sociedade, num contexto em que a ofensiva neoliberal cobrava a redução do Estado na regulação econômica e social.

O quinto e último capítulo trabalha o tema da reforma do Estado no Brasil na década de 1990. Nesse capítulo, destaco uma observação da autora no que se refere às desigualdades regionais, pois, para ela, a integração regional não resolveu a tensão interna na disputa pelos investimentos no Brasil. Ainda é um desafio à integração das diferentes regiões do país para se beneficiarem das vantagens do bloco regional. Para Costa, o perigo da fragmentação interna, da luta entre as unidades federadas, não foi resolvido com o processo de integração econômica supranacional. No Brasil, o desenvolvimento econômico sempre foi muito desigual entre as diferentes unidades da federação, vale lembrar as regiões Norte e Nordeste do país, em particular.

De forma geral, a autora aborda o assunto com muita propriedade, sendo um tema extremamente complexo e de difícil construção teórica. Percebe-se um estudo rigoroso e detalhista na elaboração do pensamento e da lógica que o permeia. Exige conhecimentos prévios, sendo de difícil compreensão o que se refere aos temas da área da Economia, tão importantes na análise de qualquer política e que, por vezes, deixamos de lado, fragmentando a análise.

A autora faz uma breve conclusão no fim do livro afirmando que a Reforma do Estado que o Brasil precisa é aquela que constrói a cidadania para todos, que possibilita um pacto social contra a violência e com o resgate da autonomia do país. Concordo com Costa ser possível

construir um país mais igualitário.

Destaco o quadro de referências da autora, com leituras de obras de grandes teóricos na análise não só do Estado, mas também de conjuntura, e como foi construída sua trajetória. Trabalhou com o eixo marxiano de pensar o Estado como produto das relações sociais.

Na obra, a autora dialoga com várias escolas ou correntes científicas e filosóficas. É inegável sua contribuição no sentido de reunir em uma só obra uma gama de conhecimentos que, por vezes, encontram-se fragmentados e sem se relacionar com outros fatores ou aspectos da história.

Concluo que a autora alcançou seu objetivo principal de ter contribuído no desenvolvimento de novos estudos na linha das políticas.

Recebido em março de 2019 – Aprovado em junho de 2019

REFERÊNCIA

COSTA, Lúcia Cortes da. **Os Impasses do Estado Capitalista**: uma análise sobre a Reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2006.